

Pagamento de assinaturas

Avisamos os nossos estimados assinantes que estão a pagamento as assinaturas de «A Voz de Loulé» referentes ao ano de 1974.

Noutra página indicamos os respectivos preços.

(Avença)



QUINZENÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

ANO XXII	6.2.74	Delegação em Lisboa	Composto e Impresso	DIRECTOR E PROPRIETARIO	Redacção e Administração
(Preço Avulso 2\$00)	N.º 531	R. Passos Manuel, 102-5.º-Dt.º	CARLOS MARQUES, SARL	José Maria da Piedade Barros	GRAFICA LOULETANA
		Telef. 56 27 59	Rua Dr. Augusto Barreto, 11 a 19		Rua da Carreira
			Telef. 2 47 10	B E J A	Telefone 6 25 36
					L O U L É



CHEGOU DOM SEBASTIÃO NUM CAVALO DE AMENDOEIRAS

Repete-se o tema: vai chegar D. Sebastião, vestido de gibão, pesada espada à cinta, para salvar isto tudo dos males de que padece. Jovem ainda, o rei é já velhíssimo — e contudo, não falta um ano, nas mentes líricas, desavindas com este tempo cru, esquecidas de que é aqui que morremos e nascemos —, montado no seu cavalo branco, alado, sobre a ramagem das amendoeiras!

Oh, as amendoeiras floridas! Que de mundos lava mais. Branco os poetas antigos sonham ainda! Olhai como eles suspiram ao cair da tarde calma, deslumbrados de tanta claridade alvíssima... Sim, só Dom Sebastião poderá trazer-lhes

Continua na 4.ª pág.º

A mais de 30 anos de distância ainda estão por realizar obras idealizadas por Duarte Pacheco

Uma obra imensa idealizada por Duarte Pacheco ficou por realizar porque esse grande louletano morreu cedo demais. Deixou uma obra inacabada. Queria transformar o País com realizações que o lançassem nos caminhos do futuro, mas a morte foi traiçoeira e arrebatou-se numa lomba de estrada.

Da obra que sonhara realizar ficou testemunho no monumento erguido em Loulé e que simboliza uma obra por acabar.

Ele sonhara mais estradas, mais pontes, mais barragens, mais portos, mais universidades, mais aeroportos, melhores vias férreas, mais parques, mais zonas verdes. A ele se ficou deven-

● Continua na 5.ª pág.º

Um Louletano em destaque

O PROFESSOR DR. DÉLIO NOBRE SANTOS é o novo Director da Faculdade de Letras de Lisboa

Por despacho do Ministro da Educação Nacional, acaba de ser nomeado Director da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa o nosso ilustre conterrâneo e velho amigo sr. Doutor, Délio Nobre Santos, professor catedrático daquela faculdade e antigo deputado pelo Algarve na Assembleia Nacional.

Aluno do velho Liceu de Faro, o Professor Délio Santos, desde muito novo se distinguiu pelos seus excepcionais dotes de inteligência e amor ao estudo, o que lhe permitiu adquirir uma vastíssima cultura em diversos ramos da ciência.

Depois de ter cursado o Liceu em Faro, licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas, leccio-



Dr. Délio Nobre Santos

nou no ensino liceal e, mais tarde, na Escola Superior de Educação Física, onde ensinou psicologia, pedagogia e história, tendo contribuído grandemente para a criação do Instituto Nacional de Educação Física. Em 1940 foi convidado para exercer funções de professor extraordinário contratado de Filosofia, tendo feito, no ano seguinte, o seu doutoramento (foi o primeiro doutor em História-Filosofia pela Universidade de Lis-

● Continua na 5.ª pág.º

Dr. Pedro Pinto

presidiu em Faro ao Festival da Juventude

Contrariamente ao que fora noticiado, o sr Presidente da República, almirante Américo Thomaz, não pôde estar presente em Faro, no passado dia 27 de Janeiro, para presidir, no estádio de São Luís, ao anunciado Festival da Juventude, iniciativa humanitária cuja receita reverteu integralmente para a Associação Algarvia dos Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais.

Na tribuna de honra do estádio via-se o secretário de Estado da Informação e Turismo, dr. Pedro Pinto, acompanhado pelo director-geral do Turismo, governador civil do distrito, eng.º Lopes Serra, presidente do município farense e outras entidades.

O Festival, que foi ponto de encontro de milhares de pessoas, sobretudo jovens, começou com um desfile à frente do qual seguia a fanfara dos bombeiros de Faro e logo atrás as equipas das várias seções desportivas do Farense, terminando com um jogo de futebol entre as equipas Juniores daquele clube e do Portimonense.

A noite, o dr. Pedro Pinto presidiu também ao concerto inaugural da série do Festival de Concertos do Algarve — 1974, em que actuou a English National Orchestra, com 80 figurantes, dirigida pelo maestro William Rutledge, sendo solista o pianista John Vallier.

Plano de actividades da Câmara de Loulé - 1974

Foi tornado público o Plano de Actividade da Câmara de Loulé para 1974.

A acrescer a melhoramentos previstos em anos anteriores, novos deverão ser executados e todos os esforços serão dispendidos para que uns e outros venham a ser realizados num futuro tão próximo quanto possível para satisfação dos justos anseios das populações do conselho.

Tal como desde há longos anos, o problema do abastecimento de água ao concelho continua a ser preocupação predominante da nossa edilidade. Ano após ano, Plano após Plano de Actividades, encontramos sempre palavras de esperança para resolver o problema de abastecimento de água a Boliqueime, Al-mancil, Alte e Salir, onde ainda, entretanto, não foi resolvido o problema de abastecimento de água. E até mesmo em Loulé e

Quarteira não cessam as necessidades de ampliação de reforços

Continua na 4.ª pág.º

NOTA QUINZENAL

No Algarve: Petróleo ou Turismo?

A crise da energia tem feito correr, ultimamente, rios de tinta, por este mundo da compra e venda, onde quem tem «petróleo» é que pode cantar de poleiro, não se vislumbrando, a curto prazo, o fim desta situação em que o «salve-se quem puder» é a desordenada nota dominante.

O nosso país, como é natural, não poderia furtar-se a mais esta crise, mas, dos países da Europa Ocidental,

● Continua na 5.ª pág.º

OS PORTOS DO ALGARVE ADMINISTRADOS POR UMA SÓ JUNTA AUTÓNOMA

Foi recentemente aprovado em Conselho de Ministros um diploma que «estabelece que todos os portos do Algarve serão, de futuro, administrados e explorados por uma mesma Junta Autónoma».

Até agora existiam, como se sabe, as Juntas Autônomas dos Portos de Sotavento e Barlavento, com sede em Faro e Portimão, respectivamente.

Esta unificação deve-se à necessidade de resolução dos problemas gerais que afectam os portos do Algarve.

LEAL DE OLIVEIRA: voz activa em S. Bento

O eng.º Leal de Oliveira, deputado pelo Algarve, continua as suas importantes e assíduas intervenções na Assembleia Nacional, defendendo os interesses dos algarvios, nos mais variados campos.

Pediu, recentemente, Leal de Oliveira:

«Que se estude uma maneira prática e susceptível de alargar a maior número de empresários agrícolas — médios e pequenos — não equiparáveis aos sócios efectivos das Casas de Povo, mas ainda de economia débil, que per-

● Continua na 3.ª pág.º

Ser médico é ter vocação para sofrer

Os problemas que ainda recentemente nos preocuparam, para sermos observados pelos Serviços Médicos, a que recorremos e tivemos oportunidade de «historiar» nas colunas do nosso jornal, o conhecimento pessoal que temos de inúmeros casos relacionados com a assistência médica entre nós, e, ainda agora, o sofrimento por que passamos para conseguir, num domingo, que um médico assistisse a um familiar em estado grave, levaram-nos a pensar: «Temos que volta ao assunto: dói a quem doer!»

E preciso gritar aos quatro ventos que algo de errado e de grave se está a passar com a classe médica e para a qual não encontramos explicação!

Nós sabemos que não há regra sem excepção! Fortes laços de amizade nos ligam a alguns médicos que fazem da sua profissão um sacerdócio, e neste momento queremos aqui prestar — na

oportunidade e como exemplo que permanece vivo no coração de todos os tavienses — homenagem à figura do Dr. Carlos Palma cuja saudade continua viva nos nossos corações, que não esquecerão nunca o carinho e a ternura que lhe ficamos a dever!

Não será para «estes» que chamamos a atenção, mas sim para os «outros»!

Foi exactamente quando nos propunhamos voltar a escrever sobre o assunto que se nos depa-rou, nas colunas do «Jornal do Comércio» dum destes dias, uma crónica assinada por B. C. que não resistimos à tentação de transcrever na íntegra, contanto, antecipadamente, com a sua aquiescência!

Ser médico não é só ser capaz do Mundo, pensou que ser médico é tirar um curso e ir ganhar a vida, que doentes não há-de

● Continua na 2.ª pág.º

AMEIXIAL

Dia 15 de Fevereiro

Em debate criação Cooperativa Agrícola de Loulé
(Às 21 horas no Salão Paroquial)

Justificação Notarial

Secretaria Notarial de Loulé

1.º CARTÓRIO

NOTÁRIO: LICENCIADO NUNO ANTÓNIO DA ROSA PEREIRA DA SILVA

Certifico, para efeitos de publicação, que, neste Cartório, e no livro de notas para escrituras diversas, n.º C-74, de fls. 72 a 73, v. se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada ontem, na qual Manuel António Laurêncio Júnior e mulher, Maria da Conceição Loureiro, residentes na povoação e freg. de Almansil, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, do seguinte prédio: rústico constituído por uma courela de terra de areia, com árvores, no sítio de Vale Verde, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, confrontando do norte com Francisco Fernandes Júlia, do nascente com Manuel Francisco Assis, do sul com Francisco Nunes e do poente com Emília Paulos, omissos na Conservatória do Registo Predial deste concelho e inscrito na respectiva matriz predial, em nome dele justificante varão, sob o artigo número três mil oitocentos e sessenta e cinco, com o valor matricial de quinhentos e sessenta es-

cudos e o declarado de seis mil escudos;

Que este prédio lhes pertence, pelo facto do mesmo haver sido comprado, pelo preço de dois mil e quinhentos escudos, em data imprecisa, mas que sabem ter sido por volta do fim do ano de mil novecentos e quarenta e três, pelo ora justificante varão, a Francisco Guerreiro, viúvo, que foi residente no sítio do Areeiro, freguesia de São Clemente, concelho de Loulé, já falecido, por mero contrato verbal, nunca reduzido a escritura pública.

Que desde a referida data, portanto, há mais de trinta anos, sempre eles justificantes têm vindo a possuir o supra descrito prédio, em nome próprio, sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo, por isso, a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que também o adquiriram por usucapião, não tendo todavia, em face do exposto, possibilidades de comprovar a aquisição do supra descrito prédio, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme ao original. Secretaria Notarial de Loulé, 23 de Janeiro de 1974.

O 2.º Ajudante,

a) **Fernanda Fontes Santana**

Justificação Notarial

Secretaria Notarial de Loulé

1.º CARTÓRIO

NOTÁRIO: LICENCIADO NUNO ANTÓNIO DA ROSA PEREIRA DA SILVA

Certifico, para efeitos de publicação, que, neste Cartório, e no livro de notas para escrituras diversas, n.º C-74, de fls. 70, v. a 72, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada ontem, na qual Manuel António Laurêncio Júnior e mulher, Maria da Conceição Loureiro, residentes na povoação e freguesia de Almansil, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, do seguinte prédio: rústico, constituído por uma courela de terra de areia, de semear e barrocal, com árvores, no sítio das Areias, de Almansil, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, confrontando do norte e nascente com José Lourenço da Piedade, do sul com José Mendes Mendonça e do poente com Manuel de Sousa João, omissos na Conservatória do Registo Predial deste concelho, e inscrito na respectiva matriz predial, em no-

me dele justificante varão, sob o artigo número quatro mil cento e vinte e dois, com o valor matricial de mil cento e vinte escudos e o declarado de seis mil escudos;

Que este prédio lhes pertence, pelo facto do mesmo haver sido comprado, pelo preço de quatrocentos escudos, em data imprecisa, mas que sabem ter sido por volta do ano de mil novecentos e trinta e três, pelo ora justificante varão, a Ana de Jesus, viúva, que foi residente na Rua Serpa Pinto, desta vila de Loulé e freguesia de São Sebastião, já falecida, por mero contrato verbal nunca reduzido a escritura pública.

Que desde a referida data, portanto, há muito mais de 30 anos, sempre eles justificantes têm vindo a possuir o supra descrito prédio, em nome próprio, sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo, por isso, a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que também o adquiriram por usucapião, não tendo, todavia, em face do exposto, possibilidades de comprovar a aquisição do supra descrito prédio,

Ser médico

• Continuação da 1.ª pág.

faltar, está redondamente enganado. E aquele que tirou o curso de Medicina com essa mira fal-seu pela base toda a possibilidade de ser bom médico.

Ser médico não é só ser capaz de ver um doente, fazer um diagnóstico mais ou menos certo, recomendar-lhe este ou aquele produto farmacêutico, cobrar-lhe as duas ou três notas de cem e ir para casa descansado com o «seu problema» resolvido, sem mais se preocupar com o «problema do outro».

Ser médico não é procurar fazer o seu cómodo programa, escolhendo a mais cómoda cidade, com o mais cómodo horário, atender das tantas as tantas e depois: «o senhor doutor não está», «o senhor doutor está doente», «o senhor doutor saiu de urgências».

Ser médico não é atender o doente só depois de saber a sua cor política ou religiosa e só actuar se ela coincide com a sua. Saber se tem com que pagar e só depois fazer a consulta, consoante a esperança de pagamento.

Ser médico não é deitar-se tranquilo na cama, desligar o telefone e a campainha da porta para que ninguém o «chateie» durante a noite, mesmo que alguém cá fora, na cidade, esteja a morrer por mingua de assistência.

Ser médico não é só os doentes necessários para antariar o dinheiro suficiente para a compra do prédio ou para a troca do carro no fim do ano.

Nada disso é ser médico. Tudo isso é ser negociante de produtos farmacêuticos. Tudo disso é ser falsificador duma profissão nobre e digna, cheia de segredos e surpresas, repleta de sofrimentos e alegrias, de autênticas batalhas entre a vida e a morte.

Ser médico é, primeiro que tudo, ser **HOMEM**.

Ser médico é estar disponível. É colocar o doente, sempre, em posição de precedência ao seu dinheiro, precedência aos seus negócios, precedência à sua família, precedência à suas crenças religiosas ou às suas ideologias políticas, precedência à sua própria pessoa, à sua cultura, à sua maneira de ser, aos seus gostos, à sua comodidade.

Ser médico é nunca fazer promissuras para se cumprir imediatamente. Ser médico é estar disposto a não ter programa, a não saber quantas horas poderá dormir em cada noite. É estar alerta e responder prontamente à chamada, como se tratasse de apagar um incêndio na sua própria casa.

Ser médico é estar à disposição do doente como se ele fosse seu filho único. A qualquer hora, em qualquer dia, por qualquer preço, em qualquer circunstância.

Ser médico é viver com o doente a evolução da sua doença ou da sua cura. É não ter descanso enquanto não fez tudo o que lhe é humanamente possível para o curar ou aliviar dos seus males.

Ser médico é não ser um técnico de curas mas sim um amigo, um irmão, um companheiro.

Ser médico é ver no doente o homem, composto de corpo e espírito, mesmo que o corpo seja deformado ou mutilado, ou coberto de andrajos, mesmo que o espírito seja acanhado, inculto, rude e sem ginástica mental.

Teremos na nossa cidade tantos médicos como os formados em Medicina? Oxalá que sim!...

Acrescentar mais alguns comentários para quê?!

LIBERTO CONCEIÇÃO

De «O Távira»

pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme ao original. Secretaria Notarial de Loulé, 23 de Janeiro de 1974.

O 2.º Ajudante,

a) **Fernanda Fontes Santana**

Liberte-se da cozinha

Encomendando as suas refeições na

CHARCUTARIA AMAZONA

TORREÃO DO MERCADO PÚBLICO

Aberto ao público desde 20 de Dezembro

Para começar temos: **Peru (cru, recheado ou assado), Pato (cru, recheado ou assado), Frango (cru ou assado), Lombo de porco assado.**

Justificação Notarial

Secretaria Notarial de Loulé

1.º CARTÓRIO

NOTÁRIO: LICENCIADO NUNO ANTÓNIO DA ROSA PEREIRA DA SILVA

Certifico, para efeitos de publicação, que, neste Cartório, e no livro de notas para escrituras diversas, n.º C-74, de fls. 68, v. a 70, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada ontem, na qual Manuel António Laurêncio Júnior e mulher, Maria da Conceição Loureiro, residentes na povoação e freguesia de Almansil, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, dos seguintes prédios:

Número um — rústico, constituído por terreno arenoso, e de regadio, confrontando do norte com Manuel de Sousa Inês Júnior, do nascente com Francisco Gonçalves, do sul com António Gonçalves Dourado e do poente com Manuel Nunes da Palma, inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo número mil cento e dez, com o valor matricial de mil e quatrocentos escudos e o declarado de sete mil escudos;

Número dois — rústico, constituído por terreno arenoso com juncal, confrontando do norte com Joaquim de Sousa Coelho, do nascente com vala real, do sul com José de Sousa Faísca, e do poente com Francisco Guerreiro Mealha, inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo número mil duzentos e seis, com o valor matricial de novecentos e vinte escudos e o declarado de seis mil escudos.

Que os mencionados prédios se encontram omissos na Conservatória do Registo Predial deste concelho e que ele justificante varão é titular das referidas inscrições matriciais.

Que estes prédios lhes pertencem pelo facto dos

mesmos haverem sido comprados, respectivamente, pelo preço de três mil e cem escudos e de quatrocentos escudos, em data imprecisa, mas que sabem ter sido por volta do ano de mil novecentos e quarenta e um, pelo ora justificante varão, a Manuel Viegas Cascalheira e mulher, Maria do Nascimento de Brito, que foram residentes no sítio de Vale Formoso, freguesia de São Clemente, concelho de Loulé, casados segundo o regime da comunhão geral de bens, já falecidos, por mero contrato verbal, nunca reduzido a escritura pública.

Que desde a referida data, portanto, há mais de trinta anos, sempre eles justificantes têm vindo a possuir os supra descritos prédios, em nome próprio, sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo, por isso, a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que também os adquiriram por usucapião, não tendo, todavia, em face do exposto, possibilidades de comprovar a aquisição dos supra descritos prédios, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme ao original.

Secretaria Notarial de Loulé, 23 de Janeiro de 1974.

O 2.º Ajudante,

a) **Fernanda Fontes Santana**

ARMAZÉNS em Almancil

Alugam-se armazéns, junto da Estrada Nacional, com área aproximada de 600 m².

Quem pretender contactar pelo telefone 9 41 46 — Almancil

Leia e assin

«A VOZ DE LOULÉ»

Em Portugal é assim...

AS BARREIRAS IMPENETRÁVEIS DA ALFÂNDEGA

Teve o maior êxito na acção desenvolvida extra-fronteiras o pedido urgente de um medicamento momentaneamente esgotado no nosso país e indispensável no tratamento do doente hemofílico (deficiências circulatórias e de coagulação), sr. Fernando Freitas Fortes, internado no quinto piso do Hospital de Santa Maria.

Para a urgência da obtenção do necessário remédio contribuíram decisivamente os radioamadores, como ontem justamente assinalava um nosso colega de Lisboa. O pedido dos familiares aflitos foi, com efeito, transmitido para a Alemanha, através de uma estação de radioamadores. Um helicóptero transportou o medicamento de Hamburgo para Frankfurt, de onde um avião brasileiro o trouxe para Lisboa.

Simplemente, por estranhíssimo que possa parecer, o medicamento, em nome do Hospital de Santa Maria e do eng.º Soares Machado, patrão do sr. Freitas Fortes, ficou retido na Alfândega. É assim que se verifica este lamentável contra-senso: um remédio de que depende uma vida levou 12 horas a ser obtido e ficou 24 horas na Alfândega, à espera de papéis, a assinaturas! Agora que tanto se fala no derrube das barreiras alfandegárias, quem abre um pequeno buraco em muros tão densos como estes, pelos quais nem medicamentos urgentes conseguem passar?

(In «REPÚBLICA»)

A justiça não é um favor

«Os tribunais, mesmo especiais, não podem ser agentes do Governo nem conformar-se com malentendidos ou ordens da governação e, sim, julgar com a independência e a liberdade e com a sujeição a regras (...) porque a justiça livre e independente é um direito dos cidadãos e não um favor que se lhes presta.»

DR. PALMA CARLOS

Cruz Vermelha Portuguesa

Na secretaria da Delegação em Faro da Cruz Vermelha Portuguesa (Edifício Lethes), estão abertas as inscrições para frequência dos cursos práticos do «A B C da ressuscitação cardio-respiratória» que terão lugar num dos salões daquela Instituição.

«Obrigado pelo seu grão de areia. Tão útil. Tão importante».

Estes cursos RCR serão seguidos de pequenas palestras, de sentido prático, por alguns dos Médicos de Faro subordinados ao tema «O que não deve fazer em caso de emergência».

VOLTA AO ALGARVE

EM AUTOMÓVEL

DEU PRÉMIOS À IMPRENSA

Os melhores trabalhos realizados pelos órgãos de informação sobre a última Volta ao Algarve em Automóvel foram premiados pela organização daquela prova (Racal Clube e Sointal), tendo a entrega dos galardões sido realizada recentemente no Casino do Alvor.

O prémio internacional foi ganho por uma revista suíça, («Automoto Sport») cabendo o prémio nacional (e ainda uma menção honrosa) à Cinegra, pela reportagem filmada que apresentou no seu magazine «Vip», sob realização de Almeida Lopes.

Foram ainda concedidas menções honrosas a Vítor Nobre, locutor do Emissor Regional do Sul da E. N., e a Marcelino Viegas, do nosso estimado colega «O Algarve», pelas reportagens que realizaram acerca da IV Volta ao Algarve em Automóvel.

Eng.º Leal de Oliveira

• Continuado da 1.ª pág.

mita estender-se-lhes os benefícios sociais a estes já facultados.

Não se ficou apenas na defesa dos benefícios sociais a maior número de pequenos e médios empresários agrícolas. Advogou, ainda, Leal de Oliveira a necessidade dos «salários, vencimentos, ajudas de custo, diuturnidades, emolumentos» sofrerem evolução cautelosa mas periódica abrangendo todo o funcionalismo público, sem excepção e de forma a que os seus efeitos não venham a ser ultrapassados por falta de oportunidade. E terminou a sua exposição pedindo também «que seja revisto o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 9844, de 7.10.54, tendo em vista a generalização do abono de família às

funcionárias públicas, nomeadamente professoras primárias cujas actividades ainda não estejam abrangidas pelo abono de família cujo rendimento colectável não ultrapasse determinado quantitativo a determinar».

Noutra recente intervenção, Leal de Oliveira, o mais activo deputado algarvio, ao nível de hemicycle da Assembleia Nacional, tratou do problema da pesca do arrasto por barcos estrangeiros, com acentuado prejuízo para os pescadores algarvios, que vêem destruído o ambiente ecológico onde necessariamente têm de governar a vida. Disse aquele deputado:

«O que efectivamente pretende é chamar a atenção para a pesca artesanal algarvia visando a sua evolução e manutenção e para a necessidade de conservação dos pesqueiros junto à nossa costa, sujeitos a periódicas depredações levadas a cabo, consciente ou inconscientemente, por arrastões portugueses ou estrangeiros».

LAURA EZEQUIEL PINHEIRO PINTO

No passado dia 24 de Janeiro faleceu na Casa de Saúde da Cruz Vermelha em Lisboa a nossa conterrânea sr.ª D. Laura Ezequiel Vasques Pinheiro Pinto, estremosa esposa do nosso velho amigo e colaborador sr. Raul Rafael Pinto, gerente da Agência do Banco Nacional Ultramarino em Loulé.

A saudosa extinta era mãe do nosso prezado amigo e dedicado assinante sr. Prof. Doutor Orlando Pinto, da Universidade de Coimbra e da sr.ª D. Maria Iolanda Pinto Wahnnon, Chefe de Divisão da Direcção Geral de Transportes Terrestres.

Era irmã da sr.ª D. Aida Maria Vasques Pinheiro Ramos e Barros, casada com o nosso estimado amigo sr. Francisco José Ramos e Barros Júnior e avó das meninas Maria Paula Sá Pereira Pinto, aluna do 3.º ano da Escola Nacional das Belas Artes (arquitetura), Maria de Fátima Sá Pereira Pinto, aluna do ensino liceal e Orlando Sá Pereira Pinto e dos meninos José Augusto Pinto Wahnnon, Aguiñaldo Manuel Pinto Wahnnon e David Miguel Pinto Wahnnon, todos alunos do ensino liceal.

Era ainda sogra da sr.ª D. Maria Eduarda Sá Pereira Pinto, farmacêutica e do sr. Aguiñaldo Mascarenhas Wahnnon, funcionário do Banco de Angola.

A família enlutada e em especial aos nossos amigos Raul Pinto e Orlando Pinto renovamos a expressão do nosso mais sentido pesar.

RAPAZ

Precisa-se de 14 a 17 anos
Nesta redacção se informa.

SINDICATO NACIONAL DOS MÚSICOS

Para conhecimento dos interessados, se esclarece que os sócios do Sindicato dos Músicos devem requerer urgentemente a renovação das suas carteiras, conforme preceituado no actual Regulamento da Carteira Profissional dos Músicos, aprovado em 27/1/73 e publicado no «Boletim do I. N. T. P.» N.º 5, de 8/2/73

É necessário:

- 1 fotografia tipo passe, pequena.
- Bilhete de identidade.
- Carteira antiga.
- Preencher um impresso a fornecer na Delegação Distrital de Faro, para os músicos residentes no Algarve.

AS CONTAS DO TURISMO ALGARVIO cerca de 300 mil contos para aplicar em 1974

Reuniu o Conselho Regional de Turismo, sob presidência do dr. Pearce de Azevedo, para apreciar o «Plano de Actividades e Projecto do Orçamento para 1974», da Comissão Regional de Turismo do Algarve.

Mereceu o mesmo a aprovação unânime dos presentes, havendo a referir-se que as receitas previstas totalizam 127 097 791\$00. No capítulo das despesas salientam-se as seguintes verbas: Plano de Infraestruturas Urbanísticas — 104 500 000\$00; Aproveitamento e valorização Património Turístico — 2 500 000\$00; Promoção Turística — 4 100 000\$00; Participações e subsídios a entidades oficiais e particulares

para fins de realizações e empreendimentos turísticos — 1 600 000\$00, etc.

As obras em curso relativas a infra-estruturas urbanísticas e as projectadas para 1974 totalizam cerca de 300 mil contos.

O Conselho Regional abordou ainda vários temas de interesse para o desenvolvimento do Turismo algarvio, entre os quais o que refere aos arruamentos de Faro cuja solução se procura alcançar a curto prazo, uma vez que já foi executada a obra de saneamento da cidade, a qual importou em 19 399 204\$00, estando em curso a obra de abastecimento de água, já adjudicada por 39 491 630\$00.

Todos estes números nos testemunham quanto importantes são as obras que, a Comissão Regional de Turismo está a promover actualmente no Algarve.

NOVA SEDE DA CASA DO POVO COM PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO

Com a presença de um engenheiro da Junta Central das Casas do Povo, foi assinado há dias em Messines a auto de adjudicação da nova sede da Casa do Povo daquela novel e prospera Vila. Além do construtor, estiveram presentes os srs. Cabrita Neto e João Afonso, dirigentes da Casa do Povo de Messines.

Trata-se duma obra já integrada no IV Plano de Fomento e cuja primeira fase — Sede e Pavilhão Gimnodesportivo com 1 000 metros quadrados de área — ultrapassará os 4000 contos. É a primeira Casa do Povo a construir no Algarve com Pavilhão Gimnodesportivo, o que muito beneficiará este organismo e todos os messinenses.

Segundo nos informou a direcção da Casa do Povo esta obra deverá iniciar-se dentro de dias, prevendo-se a sua conclusão antes do final de 1974.

«A VOZ DE LOULÉ»
V E N D E - S E
Na CASA ALEIXO
L O U L É

OLIVEIRAS

Vendem-se oliveiras enxertadas, de boas qualidades.

Tratar com: José Mendes Cavaco — Clareanes-Loulé.

Notícias pessoais

PARTIDAS E CHEGADAS

O nosso amigo, conterrâneo e assinante, sr. Gentil Silvestre, prof. de Educação Física, partiu, no passado dia 18 de Janeiro, para Moçambique, onde vai cumprir comissão militar como capitão miliciano.

Auguramos-lhes saúde e boa sorte.

— Acompanhado de sua esposa, a nossa conterrânea sr.ª D. Fernanda de Assunção Simão Maio, esteve em Loulé o nosso prezado amigo e assinante sr. José da Glória Maio, proprietário da Foto-Rapid, em S. João do Estoril.

CASAMENTO

Na Igreja Paroquial de Santa Bárbara de Nexe, realizou-se no passado dia 6 de Janeiro, o casamento da sr.ª D. Maria Salomé Contreiras Faísca, filha da sr.ª D. Maria Luísa Contreiras e do sr. José da Costa Faísca, com o nosso amigo e conterrâneo sr. Frankim Manuel Mendonça Portela, estudante de Medicina, filho da sr.ª D. Maria da Boa Hora de Sousa Mendonça e do nosso considerado assinante sr. Francisco Norte Portela.

Apadrinharam a cerimónia, por parte da noiva, a estudante universitária sr.ª D. Maria do Nascimento Brito Viegas.

Após missa de casamento celebrada pelo Padre Júlio Tropa Mendes, os recém-casados e os convidados seguiram para S. Brás de Alportel, onde foi servido um esmerado jantar.

Ao novo casal «A Voz de Loulé» deseja uma vida repleta de felicidades.

NASCIMENTO

— No dia 30 de Dezembro nasceu no Hospital de Faro, uma criança de sexo feminino, filha da sr.ª D. Ana Maria dos Ramos Viegas da Silva, secretária do Director da Aldeia das Açóteias, esposa do sr. José Manuel Viegas da Silva, proprietário na Aldeia da Tor. A neófito é neta materna da sr.ª D. Maria da Céu Dias e do sr. António dos Ramos (falecido) e paterna do sr. António Tomé Viegas e do sr. Manuel Coelho Silva.

A recém nascida recebeu o nome da Ana Luísa dos Ramos Silva.

Os nossos parabéns aos felizes pais e avós.

FALECIMENTO

Faleceu em Loulé, no passado dia 21 de Janeiro, a sr.ª D. Maria da Piedade Romão Quintino, que contava 86 anos de idade e era viúva do sr. Artur Quintino.

A saudosa extinta era mãe do nosso dedicado assinante e amigo sr. Etelvino Coelho Quintino, funcionário da Conservatória de Registo Predial de Loulé, casado com a sr.ª D. Maria Dourada Viegas Lima Quintino e avó do sr. João Carlos Viegas Quintino.

Sentidos pesamos a família enlutada.

Notícias Desportivas

CICLISMO

Sob a orientação do ex-ciclista do Louletano e actualmente membro do elenco directivo, Del-fim Batista, que recentemente regressou da Venezuela, os ciclistas louletanos começaram a sua preparação com vista à próxima época que terá início no próximo dia 17 com a «Prova de Abertura», para todas as categorias, seguindo-se nos dias 3, 10 e 17 de Março, o Campeonato Regional de Fundo.

Com os cofres do Clube vazios e devido aos grandes encargos financeiros que o ciclismo acarreta, mesmo sem espanhóis, esta prática, vai estar mais condicionada à boa vontade dos atletas do que às ajudas do Clube, embora este conte com um experiente orientador, que na Venezuela, ainda no ano findo foi treinador e seleccionador da Federação Venezuelana de Ciclismo.

ATLETISMO

O jovem atleta Júnior Adelino Campina, em representação do Liceu Nacional de Faro (Secção de Loulé), esteve presente no «Grande Prémio de Seia», prova disputada pelos melhores fundistas portugueses, onde alcançou o 27.º lugar, classificando-se à frente de mais de uma centena de atletas.

FUTEBOL

JUNIORES

Terminou no passado dia 27, o Campeonato Distrital de Juniores do Algarve.

No seu último jogo, o Louletano deslocou-se a Faro, onde defrontou o Faro e Benfica, no campo da Horta da Areia impondo-lhe uma derrota pela marca de 2-0.

Mesmo desfalcado de alguns elementos, a equipa de Loulé, conseguiu realizar um belo resultado aliado a uma excelente exibição, provando assim que a maioria dos seus elementos muito poderia contribuir para reforçar a equipa de seniores, que neste momento luta com falta de valores.

Classificação do Campeonato:

1.º Farense, 2.º Olhanense, 3.º Portimonense, 4.º Louletano, 5.º Esperança de Lagos, 6.º Lusitano, 7.º Faro e Benfica e 8.º Silves.

TAÇA DE HONRA

Com um resultado muito lisonjeiro (um empate a uma bola) conseguido frente à Torralta, em Portimão, a equipa de seniores do Louletano, foi afastada da final da «III Taça de Honra», no passado dia 23.

Assim, dando continuidade a este Torneio organizado pela A. F. F., realizou-se no passado dia 27 de Janeiro, uma bela jornada de Futebol. Dois encontros e muitos golos, o que não é muito vulgar no Estádio da Campina em Loulé.

No 1.º encontro, para apuramento do 3.º e 4.º classificados, defrontaram-se o Louletano e o Moncarapachense, cujo resultado foi favorável à equipa de Loulé, por 5-3, com 3-0 ao intervalo.

O encontro teve momentos de razoável futebol, especialmente na 1.ª parte. Com jogadas bem concebidas e melhor finalizadas,

Fábrica de Mosaicos em plena laboração

Trespasa-se ou arrenda-se.

Tratar com: João de Sousa Nascimento — Loulé.

por parte da equipa da casa, que só não tiveram melhor mérito, em virtude do adversário ter sido demasiado ingénuo, mais parecendo uma formação juvenil.

A equipa do Louletano, embora ainda não tivesse alinhado com a sua equipa completa, também não convenceu, especialmente no 2.º tempo, que além de ter sofrido três golos de rajada, que foram autênticos «frangos» da sua defesa, exibiu-se com muita pouca pujança atlética, especialmente a revelar falta de determinação em lances cruciais e até mesmo em jogadas inofensivas.

No último jogo, a final, disputada entre as equipas do Desportivo Tavirense e o Grupo da Torralta, saiu vencedora a equipa de Alvor, por 3-1.

Jogo disputadíssimo por ambas as equipas, muito equilibrado, estando ambas a provar que serão sérias candidatas ao título regional, competição que teve início no primeiro domingo de Fevereiro.

TENIS DE MESA

Embora integradas com valores de certo mérito no Ténis de mesa, muito modestas têm sido o comportamento das equipas de seniores e infantis do Louletano, nos Campeonatos Distritais por equipas que se está a disputar no Algarve.

Apesar de a sessão de cinema, que habitualmente se realiza na Tor à 5.ª feira, ter sido antecipa para a 4.ª feira foi um verdadeiro sucesso a reunião de esclarecimento realizada naquela ridente aldeia, e em que compareceram um número muito elevado de lavradores, pelo que a «concorrência» do cinema em nada afectou o interesse que despertou na Tor a reunião dedicada à criação da Cooperativa de Loulé.

Era evidente a curiosidade dos lavradores presentes em assistirem à exibição do filme que, com tanto êxito, tem percorrido as freguesias do nosso concelho. O locutor «oficial» da cooperativa deu explicações permenorizadas acerca da sua organica e das

Plano de actividades

● Continuado da 1.ª pág.

de abastecimento de água. Por isso se vão fazer novas pesquisas para aumentar os caudais de água.

Em Loulé está prevista a colocação de uma nova conduta de 200 m/m para abastecer a fábrica de Cerveja, a construir na Campina de Baixo.

Cada ano que surge, é um renovar de esperanças para essas populações que anseiam ver resolvido o problema do abastecimento público de água. E cada ano que passa é uma nova desilusão. Há projectos, há furos, há água, há dinheiro... desta é que vai!

...Mas o ano passa e não se vê nada.

Qual daquelas freguesias será, finalmente, contemplada com água? Dezembro o dirá.

Em matéria de saneamento, o Plano revela-nos estar previsto que fiquem concluídos até à próxima época balnear os trabalhos de construção da 1.ª fase da Estação de Tratamento de Esgotos de Quarteira, Vilamoura e Albufeira que, num futuro próximo abrangerá Loulé.

Quanto aos problemas surgidos nas estações elevatórias da rede de esgotos de Quarteira, que se encontram solucionados provisoriamente de acordo com o que havia sido planeado, está a proceder-se aos estudos conveni-

entes para uma reestruturação das mesmas em moldes definitivos por forma a desempenharem cabalmente o fim para que foram concebidas e, paralelamente, far-se-ão as remodelações julgadas indispensáveis na actual rede.

Resolvidos alguns problemas da limpeza, vão surgindo novos para os quais é preciso encontrar novas soluções.

Assim, tendo a Câmara adquirido 2 novas viaturas de grande capacidade e equipadas com sistema de trituração e compressão, cuja custo foi de 1500 contos, surge agora a necessidade de adquirir contentores e respectivos elevadores para os colocar em lugares estratégicos, o que tornará mais rápido e eficiente a recolha de lixo.

Por isso está prevista a dotação de uma verba de 500 contos para esse fim. Espera-se que as empresas turísticas procedam igualmente à compra de contentores.

O Plano de Actividades refere ainda que prevalece a ideia de se construir uma estação de tratamento de lixo comum a todo o Algarve, por ser reconhecida de grande interesse.

(Continua)

A Aldeia do Tor disse sim à Cooperativa

inúmeras vantagens da adesão a um movimento que se está espalhando por todo o Mundo com os melhores resultados.

Travou-se depois animado e entusiástico diálogo com a numerosa assistência, de que resultou terem aderido à Cooperativa, naquela noite, mais de 90% dos lavradores presentes.

É curioso salientar que, na Tor, não demos pela presença de nenhum «velho do Restelo» (os lavradores que não saibam o que isto significa devem informar-se) e estava presente num unido grupo de entusiastas pela ideia (o Eng.º Daniel e os srs. José de Sousa Silva, Albino Pires de Sousa, Mário Casimiro, Vítor de Sousa e José Casimiro).

Podemos até dizer que a Tor

excedeu tudo o que antes acontecera: em dinheiro subscrito; na maneira gentil como fomos recebidos; talvez em maior número de presenças e em entusiasmos pela ideia da criação da Cooperativa Agrícola de Loulé.

Quando saímos da Tor ficámos com a ideia de que é realmente necessário que tudo se conjugue para que a ideia da Cooperativa seja uma realidade.

Aliás se ainda o não é, é principalmente por culpa dos lavradores que sim, senhor acham a ideia magnífica mas... vão pensar ou também de muitos outros que aderiram incondicionalmente mas ainda não pensaram no número de acções que estão interessados em adquirir.

E isto é tão importante que, enquanto a promessa do capital não atingir os 1 000 contos não é possível concretizar a ideia.

Certidão

Cartório Notarial de Albufeira — a cargo do notário lic. Adolfo Armando Jorge Batalha.

CERTIFICIO narrativamente, para efeito de publicação que, por escritura de ontem, lavrada de folhas 40 verso a folhas 42 do livro de notas respectivas, número A-43, deste cartório, entre Serafim da Palma Rodrigues e Joaquim Paquete de Brito, foi constituída uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º — A Sociedade adopta a firma «RODRIGUES & BRITO, LIMITADA», e tem a sua sede e domicílio na povoação e freguesia de Almancil, concelho de Loulé; — 2.º — pode a gerência estabelecer e montar filiais ou qualquer outra forma de representação onde e quando lhe parecer conveniente; — 3.º — o objecto da Sociedade é a realização de quaisquer obras de construção civil, por contra própria ou por empreitada, ou qualquer outra actividade por decisão dos sócios; — 4.º — a duração da Sociedade é por tempo indeterminado, e o seu início conta-se a partir de hoje; — 5.º — o capital social é de quatrocentos mil escudos, divididos em duas quotas iguais de valor nominal de duzentos mil escudos cada, pertencendo uma cada um dos só-

cios; — 6.º — o capital encontra-se totalmente realizado em dinheiro e já entrado na Caixa Social; — 7.º — os sócios poderão fazer à Sociedade os suprimentos que eventualmente sejam necessários além do capital social para melhor desenvolvimento da Sociedade. O montante, juros e os prazos de reembolso serão estabelecidos pelos seus sócios; — 8.º — a cessão de quotas só é possível com autorização prévia da Sociedade; — 9.º — a Sociedade tem direito de preferência em primeiro lugar, e se ela não quiser invocar esse direito, os sócios não cedentes beneficiarão desse direito na proporção das suas quotas; — 10.º — a gerência da sociedade e a sua representação, activa ou passiva, pertence a ambos os sócios que ficam desde já nomeados gerentes; — 11.º — para obrigar a Sociedade será necessário a assinatura de dois gerentes, bastando, no entanto, a assinatura de um deles para os actos de mero expediente; — 12.º — pode a Sociedade conferir a estranhos poderes de gerência, e podem os sócios-gerentes conferir procuração a terceiros.

Está conforme ao original.

Cartório Notarial de Albufeira, 9 de Novembro de 1973.

O Notário
Adolfo Armando Jorge Batalha

Vacinação Anti-rábica dos caninos campanha de 1974

Freguesia de Almancil: dia 9 de Fevereiro de 1974 — Vale d'Eguas — 10 horas; Almancil (Poço) — 12 horas; Escanxinas — 14 horas; S. Lourenço — 15 horas; dia 28 de Fevereiro de 1974 — Esteval — 14 horas; S. João da Venda — 15 horas.

Freguesia de Alte: dia 19 de Fevereiro de 1974 — Benafim Grande — 9 horas; dia 28 de Fevereiro de 1974 — Alte — 10 horas em diante.

Freguesia de Ameixial: dia 27 de Fevereiro de 1974 — Alte das 10 xial — 14 horas em diante.

Freguesia de Boliqueime: dia 15 de Fevereiro — Boliqueime às 10 horas — Tinoca às 14 horas.

Freguesia de Quarteira: dia 12 de Fevereiro — Quarteira às 9 horas.

Freguesia de Querença: dia 1 de Fevereiro de 1974 — Pontão do Vale — 9 horas; Querença — 10,30 horas; Aldeia da Tor — 12 horas.

Freguesia de Salir: dia 25 de Fevereiro de 1974 — Salir — 10 em diante; dia 27 de Fevereiro de 1974 — Barranco do Velho — 9 horas; Cortelha — 10 horas; Vale da Rosa — 11 horas; dia 1 a 15 de Março de 1974, todos os dias no Matadouro Municipal, das 9 às 12 horas.



MARIA BAPTISTA

Seu marido, filhos, genro, nora, netos, e restante família, cumprem o doloroso dever de participar a todas as pessoas de suas relações e amizades o falecimento de sua mulher, mãe sogra e avó e que o seu funeral se realizou em Poissy (França) no dia 12-1-74.

CHEGOU DOM SEBASTIÃO NUM CAVALO DE AMENDOEIRAS

● Continuado da 1.ª pág.

a levitação onde tudo se olvida, e conceder-lhes o espaço nevado onde passeiam, ao pôr-do-sol, as moiras encantadas...

Nunca! Sim, nunca as mãos doam aos colaboradores da imprensa regional algarvia que, neste dias de Fevereiro, enaltecem — todos os anos! — o esplendor maravilhoso, a beleza inolvidável, o véu de noiva, os mais encantosos adjectivos do dicionário, para elevar bem alto, aos píncaros dos versos da prosa, a Amendoeira Florida. Nunca! Ad secula seculorum!

Para quê falar então dos frutos que ninguém apanha? Não fecundam, apodrecidos, o chão agora inundado de pétalas brancas? Não renascerão, mais tarde, em novas amendoeiras floridas, quando Dom Sebastião já for uma instituição turística? Façamos então as pazes com a Natureza Amada...

Estais pois, todos vós, convidados a subir ao cimo do cerro da Picota: é só despenhar as meninas dos olhos derredor — e ficar extasiado, trespasado, entontecido, perante o corpo longo e alvo, promotor, de tantas amendoeiras moiras em flor...

...E Dom Sebastião não vos há-de atraioar: ele virá, no seu cavalo de kibir, satisfazer as vossas necessidades mais intimas ou exteriores, porque um mito nunca diz que não aos que acreditam e aplaudem. Acredita, pois. Acredita sempre — até que chegue o paralisia, o frio, a brancura total, a Musa lavada sem sangue e sem vida...

SEQUEIRA AFONSO

Dr. Délio dos Santos

• Continuação da 1.ª pág.

boa). Em 1947, após concurso, foi nomeado professor efectivo de Filosofia e em 1952, por unanimidade, foi aprovado professor catedrático da Faculdade de Letras.

O Instituto Filosófico de Pedro Hispano, destinado ao estudo da Filosofia na Universidade de Lisboa, foi criada por proposta do Prof. Nobre Santos. De 1963 a 1967, foi professor e delegado do reitor dos Estudos Gerais de Angola, em Sá da Bandeira, onde já havia estado em 1962, por pertencer à Comissão Instaladora daqueles Estudos. É autor de muitos e valiosos trabalhos e participou em numerosas reuniões e congressos nacionais e estrangeiros.

«A Voz de Loulé» apresenta ao sr. Prof. Nobre Santos cordiais felicitações pelo altas funções que desempenha e que são honra e orgulho para Loulé, que tem no novo Director da Faculdade de Letras um dos seus mais notáveis filhos.

Há longos anos afastado de Loulé e com tenues laços fami-

liares aqui enraizados, nem por isso o Doutor Délio Santos deixa de sentir pela terra Natal aquele amor que é uma característica dos louletanos.

Em pensamento abraçamo-lo pela merecida distinção de que acaba de ser alvo e, em nome dos louletanos que se prezam de o ser, «A Voz de Loulé» felicita o Professor Doutor Délio Nobre Santos por ter sido escolhido para o exercício de tão elevadas quanto ingratas e difíceis funções, que traduzimos pelo reconhecimento dos seus méritos pessoais, facto de que os louletanos devem sentir-se orgulhosos.

Estrada Algarve-Lisboa

Embora contrariando apiniões diversas quanto ao «melhor caminho a seguir», prosseguem os trabalhos de mais uma ligação rodoviária Algarve-Lisboa, com passagem por S. Marcos da Serra e terminus em Almodôvar e Guia.

Em relação a esta obra, ficou concluída em 1972 a ponte sobre a Ribeira de Odelouca, entre Santana da Serra e S. Martinho da Serra, que custou 3 966 280\$00.

É mais uma zona do Algarve que fica beneficiada por esta estrada mas ela não anula a necessidade de se concretizar o traçado Salir-Almodôvar como caminho mais lógico e mais curto entre Faro e Lisboa.

Confiamos em que esta estrada continue a merecer do Governo as atenções que plenamente justifica.

Para mobílias e adornos

PREFIRA A

CASA SIMÃO

(A MOBILADORA)

Telef. 62110

LOULÉ

DUARTE PACHECO

Continuação da 1.ª pág.

do a criação dessa área maravilhosa de Lisboa que é o Parque Florestal de Monsanto... quando ainda talvez nem existisse a palavra poluição.

E logo idealizou também criar o Parque Oriental da Cidade de Lisboa na região de Chelas.

...30 anos depois da imprensa da Capital pudemos recortar o seguinte:

«A arborização da zona de Chelas, com a criação de um vasto parque florestal e outras zonas verdes, por forma a não abandonar os terrenos à implantação de uma «floresta» de cimento armado, é o programa da Câmara Municipal de Lisboa, já especificado no Plano de Urbanização de Chelas e que, ao fim da manhã de hoje, foi concretizado simbolicamente quando o presidente do Município «plantou» a primeira árvore do futuro parque florestal.»

«No total, 23 por cento da região de Chelas serão ocupados por árvores, que constituirão o Parque Oriental da Cidade. Para além do parque, jardins urbanos, recreios equipados, áreas livres e parques de desporto e recreio proporcionarão aos habitantes de Chelas, segundo o Plano de Urbanização, cerca de 50 metros quadrados de espaço livre por cada fogo.

«A ideia da criação do Parque Oriental da Cidade, aliás, pertence ainda a Duarte Pacheco cuja notável visão de Lisboa ainda encontra expressões práticas nos dias de hoje.»

A prematura morte de Duarte Pacheco, foi de facto, uma perda irreparável para o País.

Duarte Pacheco derrubava casas para ampliar largos. Hoje avançam as casas... diminuem os largos.

Albufeira é um triste e flagrantemente exemplo duma tacaña visão (?) do presente. Que crime!

Promovidos os Vice-Consulados Britânicos no Algarve

Os vice-cônsules da Grã-Bretanha em Portimão e Vila Real de Santo António foram promovidos a cônsules e os respectivos vice-consulados elevados à categoria de consulados, com efeito a partir de 1 de Janeiro do ano corrente.

Foi, simultaneamente, nomeado vice-consul o pró-consul britânico em Vila de Santo António, sr. Diogo Costa.

A zona de Faro fica dentro da jurisdição do consulado da Grã-Bretanha em Portugal.

LOULÉ



AGRADECIMENTO

LUIS DOS SANTOS
CARAPETO

Seus netos vêm por este meio testemunhar o seu reconhecimento a todas as pessoas que se dignaram acompanhar à última morada o seu saudoso avô e às que, por qualquer forma, manifestaram sentimentos de pesar. Para todos os nossos agradecimentos mais sinceros.



Visite a garrafeira do Mercado AMAZONA

Um sortido das melhores bebidas

LOULÉ



AGRADECIMENTO

MARIA DA PIEDADE
ROMÃO QUINTINO

Sua família, vem por este meio testemunhar o seu reconhecimento a todas as pessoas que se dignaram acompanhar à última morada a sua saudosa extinta e às que, por qualquer forma, exteriorizaram os seus sentimentos de pesar, bem como às que se interessaram pelo seu estado de saúde durante a doença que a vitimou. Para todos os nossos agradecimentos mais sinceros.

CASA DO ALGARVE EM TORONTO

Integrado num programa de fados, levado a efeito por esta Casa, realizou-se um concurso de quadras entre os sócios, do qual saiu vencedor o sr. Luís Ministro, sócio fundador a quem foi entregue pelo presidente da Direcção sr. José Grosso, um livro do nosso grande repentista António Aleixo: ESTE LIVRO QUE VOS DEIXO...

Foram depois lidos versos do grande Poeta algarvio, que mereceram fartos aplausos da assistência.

A DIRECÇÃO DE VIAÇÃO TEM NOVA DELEGAÇÃO EM FARO

Desde 7 de Janeiro passado, está a funcionar em Faro, uma Delegação da Direcção de Viação do Sul, cuja sede está instalada na cidade de Évora.

Correspondendo a uma necessidade evidente do Algarve, desde há muito tempo, a nova Delegação, sob a orientação do eng.º Torres dos Santos, director de Viação do Sul, passa a efectuar exames e inspecções, evitando, deste modo, as longas e prejudiciais viagens que muitas pessoas eram obrigadas a realizar a Évora, para aqueles fins.

Folgamos muito com inovação, pois já é tempo de se pensar na simplificação de peias burocráticas.

SWISS TRICOMATIC

Vende-se máquina de tricotar em 2.ª mão.

Resposta a Maria de Sousa Antonino — S. Lourenço-ALMANCEL.

PRECISA-SE

Senhora de meia idade para trabalhos domésticos.

Informa a redacção.

EMPREGADO

Para armazém de mercearias, precisa-se.

Nesta redacção se informa.

Banquetes, Casamentos e Baptizados

— 3 Salões com diferentes capacidades até 200 pessoas.

Contacte Director

HOTEL BALTUM — ALBUFEIRA

Telef. 52106/07 — Apartado 22

Nota Quinzenal

• Continuação da 1.ª pág.

não tem Portugal sido dos mais afectados, segundo parece. Bem vistas as coisas, a falta de industrialização ainda tem os seus «benefícios»...

ACORDA, agora, o Algarve para a «via petróleo», que está, como já se disse, na berlinda. A par da «via turismo», passaremos a ter, em breve, na orla marítima, as «nossas» prospecções e pesquisas para exploração do tão necessário «ouro negro», cuja cor prometedora faz enlouquecer os homens e traumatizar os países.

NÃO é, por enquanto, possível avaliar as reservas eventualmente existentes nas zonas do litoral algarvio. No entanto, e para já temos duas forças em contradição: o turismo (para o qual é fundamental a despoluição das praias) e o petróleo (que vai ao fundo dos mares ou aonde for preciso). Nesta conjuntura, pergunta-se: quem vencerá e que ganharão os algarvios com isso? ...

A CHÁVENA

CASA DE CHÁ

SERVIÇOS DE

- Cafetaria
- Pastelaria
- Snack
- Bar



RUA DA CARREIRA, 124

• LOULÉ

Loulé - 1916

● Continuado da 8.ª pág.

(Cândido Guerreiro, Manuel Guerreiro Cabeçadas, Nascimento Santos, Francisco de Sousa Faisca, Isidoro Rodrigues Pontes, Sousa Vinha, José da Costa Guerreiro, Eduardo Pinto e outros), Loulé disfrutava de energia eléctrica desde 1916. Até então a iluminação fazia-se a petróleo e acetileno. Fazamos um pouco de história (breve) «do tempo em que a luz nasceu».

Estimulada pela inauguração da energia eléctrica em Faro, tomou posse, em 1912, uma Comissão que se propunha alcançar para Loulé aquele importante benefício social. Compunham essa Comissão a maioria dos louletanos acima citados.

Os problemas foram inúmeros. Particularmente no aspecto financeiro, os obstáculos eram grandes, posto que no Orçamento da Câmara mal cabiam as despesas obrigatórias. Foi necessário «começar a martelar» junto do Governo Central. A ajuda do capitão-tenente Mendes Cabe-

çadas, então deputado, foi preciosa para que se abrissem algumas portas necessárias. E, por fim, conseguiu-se um empréstimo de 15 000\$00, ao juro de 6%, amortizável em 30 anos.

Depois, foram os estudos, os projectos, e finalmente em Dezembro de 1913, foi aberto concurso para a obra. Apresentaram-se 3 firmas concorrentes: AEG (com a verba de 18 184\$45), F. Street (verba de 17 812\$00) e Siemens, firma que apresentou a verba de 14 890\$00 para realização da obra. Todavia, para concretização da adjudicação foi necessário recorrer a novo empréstimo de 40 000\$00, pois a construção do mercado diminuiu, entretanto, o erário municipal.

Em 1916, e com grande ansiedade da população, estava finalmente pronta para ser inaugurada a luz eléctrica em Loulé, segunda localidade do Algarve a possuir tal benefício.

Todavia, ainda uma outra dificuldade de última hora surgiu: acontece que fora dada ordem de expulsão de Portugal a todos os alemães residentes no nosso País, por efeitos da 1.ª Guerra Mundial que, tempos antes, deflagrara; sendo de origem germanica o técnico encarregado da montagem da Central, aquele indivíduo, para se vingar da ordem de expulsão, pretendeu sabotar a obra, subtraindo as escovas dos dinamos, sem as quais

não era possível a produção de energia. O povo, sabedor do facto, juntou-se em frente da pensão onde se encontrava o estrangeiro, que se aprontava para partir, e, em atitude de evidente ameaça, fê-lo devolver as peças que roubara.

Até que, em Março de 1916, o Dr. Cândido Guerreiro, notável poeta, então presidente da Câmara de Loulé, puxou a alavanca que derramou sobre Loulé um jorro de luz, até então nunca visto na nossa terra.

3

O Governo faz actualmente um esforço no sentido de cobrir o território nacional da necessária energia eléctrica. No Algarve, a Federação de Municípios promove, actualmente, um trabalho que se vinha tornando inadiável: e Querença, Barreiras Brancas, Patá, e outras localidades, poderão brevemente dispor da tão desejada luz. Que outras terras se sigam, para que o progresso não seja uma palavra vã. E sobretudo que, nos dias de Inverno, essas localidades não tenham de recorrer (como actualmente somos obrigados a fazer) à vela de cera ou ao candeeiro a petróleo (também escasso). Que venha a luz, sem tardança, mas uma luz duradoura, que não falte quando mais necessitamos dela.

JUNTE SELOS

RETA

TROQUE POR BRINDES

«Construções Pereira & Freire, Lda.»

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

NOTÁRIO: LICENCIADO NUNO ANTÓNIO DA ROSA PEREIRA DA SILVA

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 15 do mês corrente, lavrada de fls. 40 a 41, v. do livro n.º C-74, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Arménio Pereira e Francisco Freire, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade

adopta a denominação de «Construções Pereira & Freire, Limitada», tem a sua sede na Rua Vasco da Gama, número catorze, da povoação e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé e durará por tempo indeterminado, a partir de hoje.

Segundo — O seu objecto consiste no exercício da indústria e comércio de construção civil, por administração directa ou por empreitada, na compra, venda, administração e urbanização de propriedades, podendo a sociedade explorar qualquer outro ramo de negócio, em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

Terceiro — O capital social, inteiramente realizado

em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é de um milhão de escudos, e está dividido em duas quotas iguais de quinhentos mil escudos, pertencendo uma a cada um dos sócios.

Quarto — 1. A gerência da sociedade, dispensada de caução, será exercida por todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em Assembleia Geral.

2. Para obrigar validamente a sociedade é sempre necessário a intervenção dos dois sócios, podendo, no entanto, os actos de mero expediente ser assinados por qualquer deles.

3. É expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, abonações e letras de favor.

Quinto — A cessão de quotas a estranhos fica dependente de prévio consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência em primeiro lugar e aos sócios, em segundo.

Sexto — As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, com quinze dias de antecedência, pelo menos, desde que a lei não exija outras formalidades.

Está conforme ao original. Secretaria Notarial de Loulé, 19 de Janeiro de 1974.

O 2.º Ajudante,

a) Fernanda Fontes Santana

Leia e assinie

«A VOZ DE LOULÉ»

**NÓS SOMOS
J. PIMENTA**

Possuímos o Complexo Industrial de Talaíde com a capacidade de fabrico de **3.000**

habitações por ano completamente apetrechadas



Do Algarve ao Porto e, claro, Lisboa e arredores temos terrenos adquiridos para construir **10.000**

habitações para venda

Informações:

J. Pimenta, SARL

Sede Social — QUELUZ

Avenida António Enes, 25 — Telef. 95 20 21/2
LISBOA

Pr. Marquês de Pombal, 15 — Telef. 4 58 43 - 4 78 43

CASA ALEIXO

de VITALINO MARTINS ALEIXO

Papelaria, Livraria, Artigos de Escritório e de Pesca, Artesanato Regional e Material Escolar, etc.

RUA ATAÍDE DE OLIVEIRA, 9

Telef. 6 24 25 • LOULÉ

ANDARES

2, 3, 4 e 5 assoalhados, cozinhas italianas, com máquina lavar roupa, exaustor de fumos, acabamentos de luxo. Junto a escolas e liceu.

Visite os andares modelo em Lisboa e Queluz.

Facilita-se parte do pagamento.

TRANSPORTES MERCURIO, LDA.

ESCRITÓRIO

Av. do Brasil, 15.8.º C

Lisboa Telef. 77 18 84

ESCRITÓRIO

Rua 1, Lote 32

Queluz Ocidental Tel. 95 58 13

Para servir

BOLIQUEIME

em carnes frescas

O Mercado Amazona

Abriu o seu **TALHO** na Aldeia de Golf em

VILAMOURA

Telefone 6 53 03 (Mercado Amazona N.º 4)

DIARIAMENTE:

BORREGO — VITELA
PORCO — FRANCO
PERÚ — PATO — COELHO, ETC.

«COZBAR — CERÂMICA DO BARLAVENTO, S. A. R. L.»

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

NOTÁRIO: LICENCIADO NUNO ANTÓNIO DA ROSA PEREIRA DA SILVA

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 21 do mês corrente, lavrada de fls. 62, v. a 72, do livro n.º B-74, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída definitivamente, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos seguintes estatutos:

Artigo primeiro — 1. A sociedade adopta a denominação de «Cozbar — Cerâmica do Barlavento, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada», e terá a sua sede, provisória, enquanto não dispõe de instalações próprias, na Rua Nova do Ribeiro, da povoação e freguesia de Alte, concelho de Loulé.

2. A sociedade poderá instalar estabelecimentos, delegações, agências ou outras formas de representação quando e onde achar conveniente.

Artigo segundo — O objecto social é a indústria de cerâmica de barro vermelho e de outros materiais para a construção civil, nomeadamente a produção para venda de tijolos e telhas, ou qualquer actividade comercial ou industrial lícita que decida exercer.

Artigo terceiro — A duração da sociedade é por tempo indeterminado a contar da data da presente escritura.

CAPITULO II

CAPITAL E ACÇÕES

Artigo quarto — 1. O capital social é de dez milhões de escudos, dividido em dez mil acções de valor nominal de mil escudos cada uma.

2. O capital está integralmente subscrito pelos fundadores pelo seguinte modo:

Cada um dos accionistas António Marques Miranda, José António Cabrita Neves, António Laginha Ramos, Fernando Luís Laginha Ramos, Joaquim Farrajota Laginha, Tomé Cavaco da Silva, Manuel Martins, Francisco Rodrigues Madeira, Manuel Isidoro Grosso, António da Silva, Júlio Cristóvão Mealha, Idalino Isidoro Grosso, Amadeu Brites Firmino e Gaspar Gonçalo Madeira, subscreveu seiscentas e sessenta acções;

Cada um dos accionistas José Francisco Palmeira da Graça e Firmino Coelho Jerónimo, subscreveu trezentas e oitenta acções.

3. Encontram-se já realizados e pagos vinte por cento do capital social devendo os restantes oitenta por cento ser pagos pelos subscritores em quatro prestações trimestrais, correspondendo cada uma a vinte por cento do total subscrito, vencendo-se a primeira a contar desta data.

4. O cumprimento das prestações previstas no número anterior pode ser antecipado por deliberação da Administração com parecer favorável do Conselho Fiscal.

Artigo quinto — 1. O capital social poderá ser elevado por uma ou mais vezes, por deliberação do Conselho de Administração com parecer favorável do Conselho Fiscal, até ao máximo de vinte milhões de escudos.

2. Em caso de elevação do capital as novas acções serão também de valor nominal de mil escudos.

3. Os accionistas gozarão de direito de preferência na subscrição das novas acções, proporcionalmente ao número de acções que ao tempo possuírem.

Artigo sexto — As acções se-

rão nominativas ou ao portador reciprocamente convertíveis dentro das restrições legais, podendo haver títulos de uma, cinco e dez acções.

Artigo sétimo — A sociedade poderá por simples deliberação do Conselho de Administração adquirir acções próprias ou alheias e efectuar sobre elas as operações que se mostrarem convenientes aos interesses sociais.

CAPITULO III

ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Artigo oitavo — 1. A administração da sociedade compete a um Conselho de Administração composto por três membros eleitos trienalmente pela Assembleia Geral e reelegíveis.

2. Os membros do Conselho elegerão dentre si um presidente.

Artigo nono — Ao Conselho de Administração compete exercer os poderes normais de administração, representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo confessar, desistir, ou transigir em qualquer acção, e desempenhar as atribuições gerais derivadas da lei.

Artigo décimo — Nomeadamente o Conselho de Administração tem poderes para:

a) adquirir, alienar e enervar quaisquer bens móveis, com excepção das máquinas e aparelhos incorporados no solo com carácter permanente que ficam sujeitos ao regime previsto para os bens imóveis;

b) adquirir bens imóveis e, com parecer favorável do Conselho Fiscal, aliená-los, onerá-los ou obrigá-los por actos ou contratos ainda que estes impliquem a constituição de garantias reais;

c) nomear e despedir quaisquer empregados e constituir mandatários quando o entenda necessário.

Artigo décimo primeiro — 1. A sociedade obriga-se pela assinatura de dois administradores ou de procurador devidamente mandatado pelo Conselho de Administração, com poderes especiais para o acto, salvo tratando-se de procuração forense.

2. Nos casos de mero expediente basta a assinatura de um só administrador.

Artigo décimo segundo — 1. O conselho de Administração reunirá pelo menos uma vez por mês e, fora disso, sempre que qualquer dos seus membros o requeira por comunicação dirigida aos outros membros, com indicação do fim da reunião.

2. O Conselho de Administração ter-se-á por validamente reunido desde que se encontrem presentes após convocatória, pelo menos dois dos seus membros.

3. As deliberações do Conselho são tomadas por maioria de votos. Nas reuniões em que apenas estejam presentes dois membros, as deliberações deverão ser tomadas por unanimidade, salvo se o membro ausente fez saber o seu voto por escrito assinado e fundamentado, caso em que fará vencimento o voto do administrador presente que com ele coincide, sem o que não haverá deliberação válida.

4. As reuniões do Conselho são dirigidas pelo Presidente e na sua ausência pelo membro mais idoso, e delas lavrar-se-ão actas, que serão assinadas pelos presentes que nas mesmas poderão fazer constar, directamente ou por documento apensado, as declarações de voto ou os protestos que julguem convenientes.

5. O livro de actas das reuniões do Conselho será visado pelo Conselho Fiscal sempre que este o entenda necessário, devendo para tal requisitá-lo ao Presidente do Conselho de Administração que não o poderá recusar.

Artigo décimo terceiro — É vedado aos administradores obrigarem a sociedade em actos ou contratos estranhos aos negócios sociais.

Artigo décimo quarto — Os membros do Conselho de Administração deverão caucionar o seu mandato por meio de depósito no cofre da sociedade, de vinte acções, por cada um, livres e desembaraçadas.

Artigo décimo quinto — 1. A fiscalização de toda a actividade social nos termos legais e estatutários compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efectivos e dois suplentes eleitos trienalmente pela Assembleia Geral e reelegíveis.

2. Os membros do Conselho Fiscal elegerão dentre si um Presidente.

3. Por deliberação da Assembleia Geral pode ser confiada a uma sociedade de revisão de contas o exercício das funções do Conselho Fiscal, que não será, neste caso, eleito.

Artigo décimo sexto — 1. O Conselho Fiscal deve reunir pelo menos todos os trimestres e fora disso todas as vezes que for convocado pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a solicitação do Conselho de Administração.

2. As reuniões do Conselho Fiscal são aplicáveis as regras estabelecidas nos números dois, três e quatro do artigo décimo segundo destes Estatutos.

Artigo décimo sétimo — 1. Constituem obrigações do Conselho Fiscal, além das especialmente previstas nos Estatutos, as enunciadas pelos artigos décimo e décimo segundo do Decreto-Lei número quarenta e nove mil trezentos e oitenta e um, de quinze de Novembro de mil novecentos e sessenta e nove.

2. Nos casos previstos no número um do artigo quinto, na alínea b) do artigo décimo destes Estatutos e noutros em que tal lhe seja solicitado o Conselho Fiscal deve dar o seu parecer dentro do prazo indicado no requerimento, o qual, salvo concordância do próprio Conselho, não pode ser inferior a quinze dias contados da data da recepção do pedido.

Artigo décimo oitavo — 1. A remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal pode ser fixa ou constituída por uma percentagem sobre os lucros, em ambos os casos a determinar pela Assembleia Geral que opte por uma ou outra forma de pagamento.

2. Os membros suplentes do Conselho Fiscal perceberão remuneração só na medida em que venham a desempenhar realmente as funções como membros efectivos, e pelo período correspondente.

CAPITULO IV

ASSEMBLEIA GERAL

Artigo décimo nono — 1. Assembleia Geral é composta pelos accionistas.

2. Têm direito de voto na Assembleia Geral os accionistas que até cinco dias antes da data marcada para a realização da Assembleia tenham depositado em seu nome na sede social ou feito averbar como suas, consoante se trate de títulos ao portador ou nominativos, vinte acções da sociedade.

3. Os accionistas que nos termos do número anterior tenham feito prova dessa qualidade e que não possuam o número de acções necessárias para que lhes seja atribuído direito de voto podem assistir aos trabalhos da Assembleia mas não intervêm nas votações ou discussões.

Artigo vigésimo — A cada lote completo de vinte acções corresponde um voto, sem prejuízo das limitações legais.

Artigo vigésimo primeiro — Os accionistas que possuam um número de acções inferior ao que confere direito de voto poderão agrupar-se de forma a completarem o número exigido a fazer-se representar por um dos agrupados.

Artigo vigésimo segundo — Os accionistas com direito de voto podem fazer-se representar

nas Assembleias Gerais por accionistas com igual direito, mediante procuração ou simples carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Artigo vigésimo terceiro — 1. A mesa da Assembleia Geral compõe-se de um presidente, de um secretário e um segundo secretário, eleitos trienalmente e reelegíveis.

2. Ao Presidente incumbe convocar a Assembleia Geral nos termos legais e estatutários, dirigir as respectivas reuniões, e dar posse aos restantes membros dos Corpos Gerentes; ao primeiro secretário incumbe substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos e redigir as actas de cada reunião da Assembleia; ao segundo secretário incumbe substituir o primeiro secretário e colaborar com o Presidente da Mesa na direcção e regulação das reuniões.

3. Na falta ou impedimento de algum membro da Mesa a uma reunião a Assembleia elegerá dentre os accionistas presentes um que fará as vezes de segundo Secretário.

Artigo vigésimo quarto — A Assembleia Geral reunirá na sede social, mas em caso de necessidade, a apreciar por deliberação da Mesa, poderá reunir em local apropriado da comarca da sede.

Artigo vigésimo quinto — 1. A Assembleia Geral é ordinária ou extraordinária.

2. A Assembleia Geral ordinária reunirá anualmente no terceiro mês subsequente ao fim de cada exercício para discutir e deliberar sobre o balanço e relatório do Conselho Fiscal e outros assuntos que constem da Convocatória.

3. A Assembleia Geral extraordinária reunirá sempre que a administração, o Conselho Fiscal ou accionistas que representem a quarta parte do capital subscrito o requeiram ao Presidente da Mesa para tratar de assuntos eventuais de interesse para a sociedade.

Artigo vigésimo sexto — 1. As convocatórias da Assembleia Geral serão assinadas pelo Presidente da Mesa ou por quem as suas vezes fizer, nos termos legais e estatutários.

2. Nelas se indicará a espécie de Assembleia, data, local e hora da reunião, a ordem dos trabalhos, as condições de participação e votação.

3. A convocatória será anunciada pelo menos com quinze dias de antecedência sobre a data da reunião no Diário do Governo e num dos jornais mais lidos na área da sede social.

Artigo vigésimo sétimo — 1. Para que a reunião da Assembleia se possa iniciar é necessário que estejam presentes pelo menos cinco accionistas com direito de voto, representando acções correspondentes a pelo menos, metade do capital subscrito.

2. Na falta de número legal de sócios ou de representação suficiente de capital proceder-se-á imediatamente a uma segunda convocação marcando a reunião para uma data dentro dos trinta dias seguintes, devendo os anúncios ser publicados com a antecedência mínima de quinze dias sobre a data da reunião.

3. Em segunda convocação a Assembleia funcionará com qualquer número de sócios.

Artigo vigésimo oitavo — 1. A Assembleia delibera por maioria absoluta dos votos dos accionistas presentes e representados.

2. Para alteração dos Estatutos exige-se a aprovação de uma maioria qualificada de dois terços dos votos correspondentes ao capital social.

Artigo vigésimo nono — Iniciada uma Assembleia, se, por qualquer motivo, ela não puder continuar, a reunião prosseguirá no dia, hora e local que o Presidente da Mesa anunciar sem necessidade de outra forma de publicidade.

CAPITULO V

EXERCÍCIOS SOCIAIS, BALANÇO E CONTAS

Artigo trigésimo — O ano social corresponde ao ano civil.

Artigo trigésimo primeiro — Da actividade de cada ano social será efectuado um balanço, que conjuntamente com as contas e os relatórios ou propostas que o acompanhem será publicado nos termos da lei.

Artigo trigésimo segundo — Os lucros líquidos apurados em cada exercício terão a seguinte aplicação:

a) cinco por cento para o fundo de reserva legal até completa realização ou reintegração.

b) constituição de fundos e provisão na medida em que forem julgados convenientes para os interesses da sociedade, mediante proposta do Conselho de Administração.

c) O remanescente para ser distribuído pelos accionistas, como dividendos, em uma ou mais prestações, e para quaisquer outros destinos aprovados, pela Assembleia Geral sob proposta da Administração.

CAPITULO VI

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Artigo trigésimo terceiro — A sociedade dissolve-se nos casos e nas condições previstas na lei.

Artigo trigésimo quarto — Salvo deliberação em contrário, nos termos legais, serão liquidatários os administradores em exercício ao tempo da dissolução.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS E TRANSITÓRIAS

Artigo trigésimo quinto — Para as questões judiciais que eventualmente se suscitem entre a sociedade e os accionistas será competente o foro da comarca da sede social.

Artigo trigésimo sexto — Os accionistas remissos na liberação completa das acções subscritas poderão ver as suas acções caducas, com perda dos pagamentos efectuados, mediante deliberação da Assembleia Geral.

Artigo trigésimo sétimo — Salvo consentimento expresso da Assembleia Geral é vedado aos accionistas, até completa liberação da sua subscrição, transmitirem as acções, por negócio «inter vivos», para pessoa que não seja seu descendente ou ascendente.

Artigo trigésimo oitavo — Para o primeiro triénio, a terminar em trinta e um de Dezembro de mil novecentos e setenta e seis, ficam desde já designados os seguintes accionistas, para os cargos que se indicam, sendo nomeada para o Conselho Fiscal a Licenciada em Ciências Económicas e Financeiras, Ana Paula Mealha Laginha dos Ramos, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, da cidade de Lisboa e residente na Rua Alfres Barrilero Ruas, número três, sexto, esquerdo, da mesma cidade de Lisboa:

Assembleia Geral — Presidente: Júlio Cristóvão Mealha; Primeiro secretário: António da Silva; Segundo secretário: Fernando Luís Laginha Ramos.

Conselho Fiscal — Presidente: José Francisco Palmeira da Graça; Primeiro vogal: Francisco Rodrigues Madeira; Segundo vogal: Dr.ª Ana Paula Mealha Laginha dos Ramos; Primeiro suplente: Firmino Coelho Jerónimo; Segundo suplente: Manuel Isidoro Grosso.

Conselho de Administração — Presidente: António Laginha dos Ramos; Administrador: José António Cabrita Neves; Administrador: Manuel Martins.

Está conforme ao original. Secretaria Notarial de Loulé, 25 de Janeiro de 1974.

O 2.º Ajudante,

a) Fernanda Fontes Santana

PINGOS

HORÓSCOPO ESTIVAL

No Algarve, o Verão tem duas faces: a turística, plena de satisfações, de fartos devaneios para os estrangeiros que a esta província chegam, sedentos de mar e desejosos da boa sardinha assada... e a outra face, quase um rito de desespero, com o sol dos dias sempre nublado, a vida caríssima, a ausência de um lugar vago onde possamos descansar — nós que aqui vivemos cada vez mais estranhos e isolados. É óbvio que não estamos a exagerar nada. Ainda no Verão de 1973, sobretudo no mês de Agosto, foi o que toda a gente viu: a escassez das coisas mais elementares, o mercado negro, as algarvias desoladas nas manhãs de ir à praça... e pouco trazer para casa... enfim, aquele rosário de dificuldades que, só a muito custo, foram ultrapassadas.

Em 1974, tudo será igual, se não pior. Há poucos dias, o Algarve foi visitado pelo sr. Jensen, operador turístico dinamarquês, que veio contactar com a hotelaria local no sentido de obter alojamento para 12 500 turistas que, no Verão, nestas terras de menos calor, mas de mais elevado nível de vida. Será, então, preciso um acto de prestidigitação para que se possa adivinhar qual será o nosso horóscopo estival? Estamos em crer que não...

MANUEL SEQUEIRA AFONSO

LOULÉ, 1916

No tempo em que a luz nasceu

1

Muitas pessoas, sobretudo nestes dias de Inverno que correm, protestam — em Loulé e no Algarve — contra os serviços encarregados do fornecimento de energia eléctrica, e diga-se desde já que essas pessoas, na generalidade dos casos, têm razão. Com efeito, nos dias de maior intensidade invernal, é vulgar ficar mos privados de luz, situação que, aliás, se vem repetindo de há bastantes anos. Culpa de

quem? Da negligência dos homens ou das deficiências do material? Que verdadeiras razões nos tiram, de vez em quando, essa indispensável energia eléctrica, sem a qual, hoje, praticamente pouco se faz?

2

Graças ao esforço de um punhado de louletanos de estirpe

• Continua na 6.ª pág.

Novo médico

Terminado o respectivo estágio, concluiu, com elevada classificação, a sua licenciatura pela Faculdade de Medicina de Lisboa, o nosso comprouviciano e prezado amigo sr. Dr. Reinaldo Dias Coelho Cabanita, filho do nosso estimado amigo sr. Constantino Coelho Cabanita, 1.º sub-chefe da P. S. P. em Portimão e da sr.ª D. Lúcia de Jesus Dias Cabanita.

O novo médico, que tem 24 anos, é natural de Faro e iniciou os estudos secundários no Colégio Infante D. Henrique, em Loulé, tendo frequentados os Liceus de Faro e de Portimão, onde se evidenciou como estudante exemplar.

Nos últimos 3 anos foi muni-tor no Instituto de Química Fisiológica da Faculdade de Medicina de Lisboa.

Ao sr. Dr. Reinaldo Cabanita endereçamos os nossos parabéns e desejamos-lhe uma brilhante carreira profissional. Igualmente para seus pais vão as nossas mais sinceras felicitações.

A morte de César dos Santos

• Continuação da 1.ª pág.

«O Primeiro de Janeiro», no «Diário LIBERAL», «Notícias de Lourenço Marques», e em outros periódicos da África, do Brasil, da América do Norte (portugueses), etc.

Dedicou-se, nas horas livres, à literatura. Assim, publicou, entre outros livros, «O Japão na História», na Literatura e na Lenda, «A Cidade das Mil cores» (crónicas e reportagens de Lisboa), «Viagens Maravilhosas à Terra do Céu», «Homens que trocaram a alma», «Wenceslau de Moraes», «Lafcadio Hearn» e «Algarve Terra Morena».

No funeral, que saiu da Casa da Imprensa em Lisboa, incorporaram-se muitos amigos e admiradores de César dos Santos, vindo-se entre os acompanhantes grandes nomes das Letras e do Jornalismo, que não quiseram deixar de prestar a última homenagem ao bom camarada de trabalho e excelente escritor que foi César dos Santos.

Foi homenageado Celestino Matos Domingues

Celestino Matos Domingues, representante da TAP em Faro desde que a aquela companhia se instalou na capital algarvia, foi recentemente homenageado pelo pessoal daquela importante empresa, em virtude de deixar, a seu pedido, as funções que tão brilhantemente vinha desempenhando, para ir trabalhar num importante grupo de empresas com grandes interesses turísticos no Algarve.

No decorrer da significativa homenagem, a que assistiram mais de 50 convivas, falaram os srs. Ferreira Neto, em nome dos funcionários e dr. Albano Pereira, director regional para a Península Ibérica e Guiné, que enalteceram a inteligência e a obra verdadeiramente importante que Celestino Matos Domingues realizou durante o exercício das suas funções. O homenageado agradeceu, por fim, muito sensibilizado.

Celestino Matos Domingues, considerado amigo a quem desejamos felicidades no desempenho das suas novas funções, foi substituído pelo sr. Manuel Frade, novo representante da TAP no Algarve.

Patã de Cima vai ter electricidade

Através do anúncio publicado pela Federação de Municípios do Distrito de Faro, ficámos sabendo que está a concurso (por 798 600\$00) a empreitada da electrificação do sítio da Patã de Cima (Boliquireme).

Desta forma se dará satisfação a uma velha e justíssima aspiração da população daquele sítio, que já há tempos se cotizava para oferecer elevada quantia para apressar a realização de uma obra de tanta importância na nossa época.

Fanfarra dos Bombeiros Municipais de Faro

A Corporação dos Bombeiros Municipais de Faro pretende ampliar o efectivo da sua Fanfarra. Para o efeito encontram-se abertas as inscrições aos jovens com idade compreendida entre os 14 e os 17 anos. Os interessados devem dirigir-se ao Comandante dos Bombeiros Municipais — Rua Comandante Francisco Manuel — Faro.

EMPREGADO

De 14 a 17 anos, precisa-se.

Nesta redacção se informa.

ECOS DE UMA VISITA



Por esta gravura ter chegado atrasada, só hoje podemos divulgar um dos aspectos da visita do sr. Bispo do Algarve à Casa Paroquial de S. Clemente de Loulé. Acompanham S. Ex.ª Revend., o sr. Padre Cabanita e algumas das senhoras componentes da Comissão que fez erguer uma obra que muito dignifica a nossa terra. Os nossos parabéns por terem conseguido, com tanto esforço e persistência, concretizar tão louvável iniciativa

OS POLUIDOS ARES DA NOSSA VILA

Sr. Director de «A Voz de Loulé».

Poluição é, presentemente, tema de palpitante actualidade para a imprensa, para a rádio, para a televisão. É preocupação dos governos dos pobre mundo em que vivemos.

Alarmados com o que se passa por esse Mundo industrializado, os homens começam a agir no sentido de evitar males ainda maiores.

Também no Algarve já começaram a surgir temores de que os nossos ares podem vir a estar poluídos.

Mas esta carta, sr. Director, é para falar apenas do caso da nossa Vila. É para alertar as autoridades responsáveis pelo que está a passar-se em Loulé. É para revelar os prejuízos que está causando a todos os habitantes de uma vasta área circunvizinha, uma fábrica de bagaços.

Os enormes rolos de fumo expelidos pela chaminé daquela fábrica espalhando-se por uma vasta área e sujando casas, automóveis, roupas que acabaram de ser lavadas e prejudicam a visibilidade do trânsito automóvel, que passe na estrada. Felizmente que, aqui, os nevoeiros são raros, mas basta a ausência do vento para que o fumo desça a nível das ruas e incomode quem passa.

Não acreditamos que os fumos de bagaço sejam um perigo para a saúde pública, mas a verdade é que incomodam muita gente e prejudicam muito mais. E isso deve justificar que se tomem providências.

Mas ainda há mais sr. Director.

Ali, em plena Rodunda da nossa bela Avenida há um telheiro que lança autênticas nuvens de fumo e não é raro acontecer (em dias sem vento) que os automobilistas tenham que parar junto do telheiro por a visibilidade ser nula. Por muito cauteloso que seja, nenhum automobilista está livre de provocar um desastre tendo pela sua frente apenas 2 ou 3 metros de visibilidade.

Os frutos secos do Algarve

O Secretário de Estado do Comércio, Dr. Vaz Pinto, recebeu há dias o sr. Teófilo Fontinhas Neto, Presidente, e o Secretário do Grémio dos Exportadores de Frutos e Produtos Hortícolas do Algarve sr. António Duarte, com quem tratou de importantes problemas relacionados com a exportação de frutos secos da nossa província.

Quando o telheiro foi construído, o trânsito era feito com carrinhos de besta e, de longe em longe, passava uma. Agora, com o intenso trânsito automóvel que sobe e desce a Avenida Costa Mealha já não se concebe que «nevoeiros artificiais» prejudiquem o trânsito e ponham em perigo preciosas vidas humanas e importantes valores materiais. É urgente encontrar uma solução para estes 2 problemas que tanto arrelham os habitantes de uma vasta zona populacional de Loulé.

Aceite, sr. Director, os cumprimentos de

Um habitante da Campina de Cima

Técnicos americanos da construção civil visitaram a empresa J. Pimenta S.A.R.L.

Um grupo de membros da «National Remodeler's Association», importante organização dos Estados Unidos ligada à construção civil, visitou demoradamente as instalações de J. Pimenta S.A.R.L. em Cascais, Reboleira, Paço de Arcos e Talaiade onde, no Complexo Industrial daquela empresa, foi servido um almoço.

Os visitantes felicitaram o industrial João Pimenta, confessando-se encantados com o que lhes foi dado observar.

Construção de um Aeródromo em Tavira

Vai ser construído um aeródromo em Tavira, obra que já foi autorizada e cuja construção se prevê para breve.

Os trabalhos serão subsidiados pelo Touring Clube de Portugal e pela ILTA, ficando o novo aeródromo — que disporá de equipamento de comunicação terra-avião em VHF e meios ópticos de recurso — sob o «controle» do aeroporto de Faro.

TRESPASSA-SE

Café-Restaurante, situado na Rua Vasco da Gama, n.º 9 em Quarteira.

Informa: Telef. 6 54 94 — Quarteira.

Loulé - Carnaval - 1974

Trabalha-se entusiasticamente para que resultem esplendorosas as festas do nosso Carnaval.

Já há alguns carros concluídos, o que demonta a força de vontade dos jovens que decidiram aceitar a responsabilidade de fazer o Carnaval de Loulé.

Paralelamente, todas as demais realizações englobadas nos festejos estão em franco progresso.

Pelo que nós é dado ver e porque a vontade e o bairrismo dos louletanos para tal tem contribuído, tudo leva a crer que o Carnaval de Loulé 1974 será mais uma vez um êxito e ficará inesquecível no espírito dos foliões que durante os 3 dias participarem nesta tradicional festa Louletana.